

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 25 dias do mês de março, as 18 horas, excepcionalmente pelo COVID-19 por meio de Vídeo Conferencia reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através da do decreto nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antonia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva e Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente André Breda para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer que a integra das reuniões do Conselho Administrativo está disponível em meio eletrônico no canal no Youtube do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) e no site do Instituto pauliprev.sp.gov.br, a qual todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada a ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessa gravação. Todos os atos ocorridos na reunião encontram-se registados em referida mídia, a qual deverá ser consultada para a visão da totalidade dos acontecimentos.

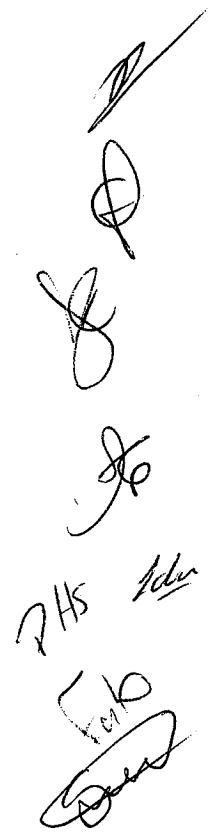
Pauta do dia:

1. Aprovação da Ata da reunião ordinária realizada em 09/03/2020;
2. Informações sobre o implemento do impacto financeiro das leis complementares 65 e 66/2017 (PCCV's PMP), para os inativos com integralidade e paridade;
3. Informações sobre o PL 05/2020 – PCCV Pauliprev.

A presidente do Conselho Administrativo Sandra inicia agradecendo a todos que estão participando da reunião por videoconferência do Conselho Administrativo por conta da pandemia do Coronavírus, estamos atendendo as orientações do Ministério da Saúde, das autoridades locais da saúde e estamos mantendo a precaução de isolamento social então por isso hoje nossa reunião que é diferente. Peço de ante mão desculpas por algum entreveiro de som e de qualquer outra situação, espero que consigam acompanhar depois já que infelizmente teve que ser restrita sem a participação dos nossos colegas servidores.

Iniciando o **item 01**, Sandra coloca em deliberação a ata do dia 09 de março. Item aprovado por unanimidade.

Iniciando o **item 02**, Sandra passa a palavra para o Sr. André para que ele possa dar devidas informações para este Conselho e para os servidores que posteriormente irão assistir a reunião.



Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, followed by several smaller ones, and the initials 'PHS' and 'Idu' near the bottom.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

Sr. André inicia dando boa noite a todos frisando que desde que os PCCV's da Prefeitura, as leis 65 e 66 que foram implementadas esse Conselho junto com a Diretora vem discutindo a forma para fazer um pagamento que é justo, é devido, para nossos inativos com paridade. Tivemos várias discussões e algumas cobranças inclusive de servidores que nos trouxeram e nós nunca deixamos de trabalhar para fazer justiça nesse caso.

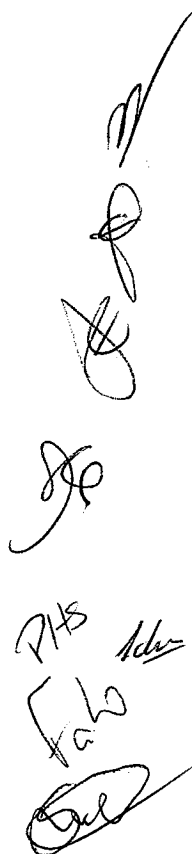
Por várias vezes tivemos as discussões sobre as justiças dentro das categorias em cada um dos dois PCCV's mas isso não pode afrontar o direito dos inativos com paridade de terem um reflexo financeiro, no passado isso não foi possível porque nós não tínhamos a devida fonte de custeio que nos proporcionaria impactar isso individualmente o salário de cada um deles que se tornaram proventos após aposentadoria.

Desde o final do ano passado nós temos um parecer jurídico da nossa Procuradoria bastante competente nesses estudos todos com muito cuidado, já temos o parecer favorável para o pagamento em detrimento da fonte de custeio, embora o Tribunal de Contas esteja nos questionando a todo momento sobre a fonte de custeio, haja vista o abono e todas as outras circunstâncias.

Quando nós fizemos avaliação atuarial de 2019 cuja data base foi 31 de dezembro de 2018 nós tomamos o cuidado discutindo com o atuário impactar a folha de pagamento da forma que foi feito o enquadramento da Prefeitura, aquele reenquadramento que embora na Lei o reflexo financeiro estava previsto para 2019, como ele foi antecipado para 2018 nós já tínhamos esse reflexo suplementando na folha de pagamento da Prefeitura.

Com a promulgação da Lei 3738 em 2019 com reflexo a partir de janeiro de 2020 essa fonte de custeio passou a ser proporcional com essa nova legislação. Então desde esse momento nós começamos a estudar sobre o impacto que isso traria e a legalidade da aplicação em relação aos inativos com paridade. Estamos na parte final dos estudos, já temos o parecer jurídico, temos avaliação atuarial estou aguardando uma declaração do atuário que nos dê embasamento e tecnicidade legais para que a gente monte um dossiê em relação a isso, estou trazendo a discussão e informação ao Conselho porque se nós não fizermos o implemento em breve nós temos dois problemas, a gente vai continuar pagando a correção que é justo e não teve impacto e é merecedor desde julho, e no segundo momento nós estaremos em período eleitoral que pode complicar qualquer atuação que nós possamos ter em relação a qualquer ato fiscalizatório do Ministério Público e até da Justiça Eleitoral.

O limite para fazer implemento é no mês de abril, nós estamos munidos dos estudos financeiros, fizemos a apresentação do estudo no passado em reuniões do Conselho com um impacto estimado que poderia chegar da ordem de R\$



Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and initials 'PAB', 'Fab', and 'Cul' at the bottom.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

150.000,00, desde que nós começamos a trabalhar com esse limite nós temos que abrir os processos de aposentadoria aproximadamente de 800 inativos com paridade porque o enquadramento é feito no salário base e temos "n" casos de servidores no Município e que tiverem efeitos como incorporações no salário e essa situação não foi prevista no PCCV.

Chegamos no valor aproximado de R\$ 110.000,00 por mês de impacto na folha e retroativo entre de 2018 até março de 2020 aproximadamente na ordem de R\$ 3.500.000,00. Temos condições de fazer esse implemento porque nos primeiros meses desse ano entre janeiro e fevereiro já fechamos o fluxo financeiro que será apresentado no relatório gerencial bimestral, tivemos um fluxo positivo financeiro na ordem de R\$ 5.300.000,00, nós temos fluxo de caixa suficiente para estar pagando sem que onere o patrimônio líquido.

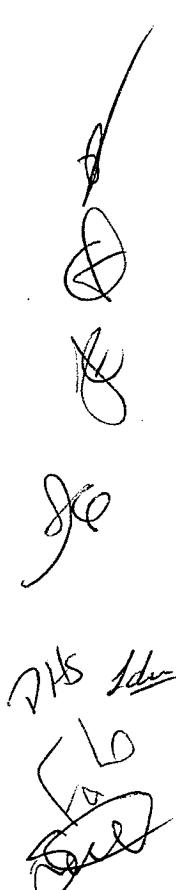
Deixando claro que estamos trabalhando com o banco de dados da Prefeitura e que nós podemos ter algumas divergências entre servidores que podem ter necessidade de revisão. Quero multiplicar isso para o Conselho e consignar em ata.

Nara fala que era um assunto com urgência para ser resolvido já faz um bom tempo que a gente vem discutindo essa situação, mas o finalzinho quando colocou até abril fiquei sem entender quando é que vai ser realizado e a parte da fonte de custeio.

Sr. André responde que em relação a fonte de custeio nós trabalhamos para que ela estivesse prevista na Lei do aporte que foi votada e sancionada em dezembro, impactada em janeiro então nós já entendemos que temos o custeio porque ela refere-se à data-base de 31 de dezembro de 2018, lembrando que o impacto ocorreu em Julho de 2018 esse é o primeiro aspecto, segundo aspecto é que não há fonte de custeio adicional ela já está dada na nossa projeção atuarial, claro que a projeção atuarial como todos sabem vai mudar ao longo dos próximos anos, a gente vai estar trabalhando em relação a isso. O valor total de três milhões e meio aproximadamente, e em relação ao prazo pretendemos pagar na folha de pagamento de abril de 2020, quanto mais tempo demorar mais correção teremos que pagar.

Sirlene pergunta qual o prazo para implantação e Sandra frisa que é em abril, e que devido ao prazo eleitoral o PauliPrev não seja usado por motivo eleitoral.

Sandra faz pergunta ainda que nós tenhamos agora por conta do aporte da mudança da alíquota para o aporte já efetivado essa fonte de custeio não teria que estar vindo de uma fonte nova, um repasse novo da Prefeitura para que esse custeio seja feito porque de qualquer maneira nós estaremos desta forma utilizando uma fonte de custeio de recursos próprios e não de repasses da Prefeitura e não de indicação de um custeio da Prefeitura de quando deveria ter feito não fez.



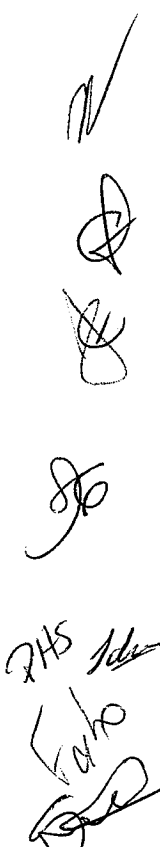
Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, a circular stamp, and several other initials and signatures below.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

Entendi perfeitamente a questão do prazo eleitoral e ainda que nós tenhamos um adiamento das eleições por conta da pandemia, e a atual situação do país e a situação que o PauliPrev vai ficar porque ainda que nós sejamos autarquia não dependamos de comércio, e etc, com a iminente ameaça de cortes no orçamento, diminuir a arrecadação tanto patronal quanto dos servidores mesmo com o aumento da alíquota para 14% em julho eu me preocupo com a situação financeira futura nesses próximos meses do Instituto e quero que o PCCV dos aposentados seja implementado, mas queria saber se o Instituto não tem essa preocupação, se o momento é o mais adequado para implantação em relação ao ao que mundo está vivendo.

Sr. André diz que é justo as preocupações que em relação a fonte de custeio essa discussão é extremamente importante e válida tanto que tivemos atuação do Ministério Público e várias legislações que foram apresentadas na Câmara quanto ao Instituto. O problema é que essa nova fonte de custeio devia ter sido impactada quando existiu o PCCV, a partir do momento que existiu a implantação do PCCV os servidores ativos passaram a ter o custeio das aposentadorias baseada no novo implemento do quadro de pagamentos, do quadro salarial que eles recebem e trouxe para o inativo o direito correspondente que nós não implementamos. Precisávamos criar uma fonte de custeio adicional, o Município poderia ter criado uma fonte de custeio adicional vinculante aos PCCV's mas não fez, e muito difícil que se faça porque se deveria ter sido prevista nas Leis 65, 66, na 64 que foi inconstitucional dos guardas, na migração de 2011, ou seja, a gente tem um histórico de problemas. Temos o parecer jurídico que inclusive questiona o entendimento do Tribunal de Contas em relação as emendas de transição sobre o recebimento da paridade, na falta do implemento da fonte de custeio pelo ente. Nós tomamos o cuidado de que estivesse impactado em uma nova fonte de custeio porque a Lei 3738 quando ela é atualizada ela traz aqueles passivos deixados pelo Município de 2009 porque foi a avaliação atuarial feita para impactar a Lei 3153 de 2010 até 2018, ela traz essa correção em tese de todos os custeios não realizados, de todas as legislações que impactaram o PauliPrev. A Sandra tem razão quando ela fala de individualizar cada fonte de custeio mas não se justifica a falta de implementação pelo direito mantido constitucionalmente pelas emendas de transição que são a 41 de 2003 de 47 de 2005 que são lastreadas na emenda 20/1998 e 19/1998 também.

Em relação ao momento econômico para que o país vive, concordo em gênero número e grau com a Sandra que o momento é muito delicado por isso que a gente tomou cuidado e nas análises financeiras que nós fizemos nós termos o cuidado que nós tenhamos caixa para isso, esse caixa existe em cima do fluxo do nosso primeiro dois meses, nos próximos dias eu vou encaminhar para o Conselho o relatório gerencial do primeiro bimestre que aponta que nós tivemos



Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large checkmark, several scribbles, and the initials 'ZHS' and 'Fato'.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

um fluxo positivo aproximadamente de R\$ 5.330.000,00, tiramos desse valor que temos em caixa os R\$ 3.500.000,00 dos retroativos e o impacto na folha de pagamento, essa folha adicional mensal que vai existir é em torno de R\$ 110.000,00 mensais, então em cima de uma folha que hoje nós temos de 9 milhões de reais esse impacto não é representativo, claro é que devemos acompanhar dia a dia o que está acontecendo.

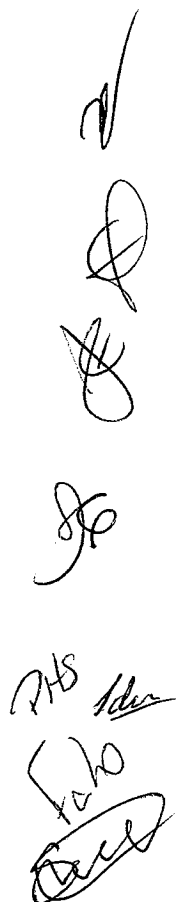
A nossa preocupação é que nós já temos casos de pessoas que querem procurar a justiça, e essa procura a justiça para um direito que nós mesmos não teremos como contestar, que nós mesmo reconhecemos vai fazer com que a conta fique alta.

A interpretação judicial normalmente é desfavorável a gente e aí envolve as custas, honorários advocatícios então entendo que embora nós temos toda a preocupação possível com o momento não dá para a gente esperar muito, porque pode ser que esse esperar significa esperar para depois desse exercício fiscal, ou seja, impactar em 2021 uma conta que vai ficar maior, com maiores probabilidades de demandas judiciais e o que me preocupou embora já estivesse pautado foi algumas coisas que houve depois da sessão da Câmara de ontem, porque são inativos nos procurando para questionar o PCCV dos inativos que estão na expectativa desde 2018 com a possibilidade de perder o abono, o que não depende da gente, estamos trabalhando firmemente para que isso não aconteça, todos sabem, vocês sabem e participam disso tudo, e com a possibilidade de judicialização da questão até coletivamente tão logo a gente saia do recesso judiciário. Tudo isso traz essa discussão para uma urgência que nós não tínhamos até alguns dias atrás.

Fabio pergunta se o retroativo será pago de uma vez ou parcelado, e sobre o salário base é o salário de carreira ou salário base de cada pessoa.

Sr. André responde que a intenção é que isso não se protele porque a cada dia que passa a gente incide uma correção maior sobre os valores devidos, como nós temos um caixa hoje para pagar isso e o mercado financeiro não está remunerando nosso dinheiro de acordo com as taxas a serem utilizadas para os pagamentos, é que a gente faça em um valor único de três milhões e meio aproximados não tendo reflexo muito grande nos atrasados para cada um dos servidores, nós já temos essa estimativa pelos últimos cálculos realizados o maior impacto que teríamos seria nos salários daquelas educadoras mais antigas que posteriormente foram transformadas em professoras mas se aposentaram enquanto educadoras e que fazem jus ao plano de carreiras do magistério que nós impactaríamos em torno de R\$ 2.000,00 no salário trazendo um retroativo entorno de R\$ 57.000,00 em uma parcela.

Esse valor ele pode ir aumentado de acordo com os atrasados que nós temos, ou seja, se o nosso dinheiro não é remunerável suficientemente para que a gente



Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and initials 'PHS' and 'Fabo' at the bottom.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

corrija a parcela devida, acho desnecessário a gente protelar. Segundo lugar você tem razão em relação ao período eleitoral, minha preocupação de sermos usados eleitoralmente, quanto mais próximo das eleições qualquer decisão que nós tomemos positiva ou negativa pode trazer um reflexo político para o PauliPrev que é que a gente quer evitar.

Sobre o salário que terá o efeito será em cima do salário base do enquadramento dado no PCCV, porque se pegarmos o efeito financeiro do PCCV, do enquadramento nas tabelas das Leis 65 e 66 ele tem um dos seus artigos que falam que aquelas pessoas que já tiverem incorporações no salário que suplantam o valor da carreira irão usar progressão mais não terão impacto financeiro de enquadramento porque eles tiveram vantagens por Leis Municipais em que suplantaram o valor da carreira. Temos que respeitar aquilo que está descrito na carreira, na função de contratação da carreira que seja concurso público ou processo seletivo.

Sirlene diz que olhando uma planilha do ano passado, supervisora de ensino não viu ali uma característica de um impacto como no meu caso por exemplo como vai funcionar.

Sr. André explica que vão surgir casos individualizados que será necessário ver caso a caso, pela tabela da função.

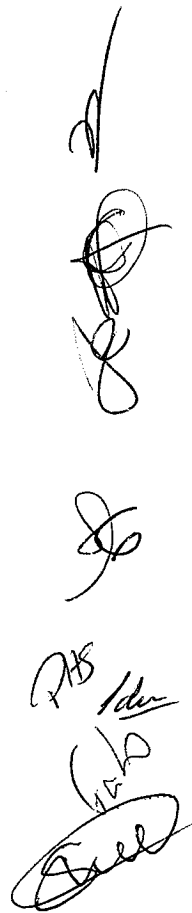
Idu fala que tivemos implantação do PCCV, mas foi só a primeira parte implantada para os ativos. Aquela parte em que se apresenta os diplomas, as certificações não foram implantadas ainda que a segunda fase do PCCV para os ativos, e se a mesma coisa será feita para no PauliPrev

Sr, André responde que sim, vamos acompanhar par e passo para os inativos e que aconteceu para os ativos, temos duas circunstancias, o impacto para o inativo com paridade é sobre o salário da carreira porque depois que ele se torna inativo ele não faz mais jus as progressões, a não ser aquelas pessoas que se tornaram inativos após terem os nomes publicados ou apresentados títulos antes da aposentadoria para a Prefeitura.

As progressões futuras que a Prefeitura fizer, se fizer nós vamos tratar no momento oportuno, agora e só o enquadramento dado que foi aquela primeira etapa em julho de 2018.

Sandra pergunta para o Sr. André se trouxe o assunto para o Conselho mesmo sendo um direito do servidor e com certeza de concordância de todo Conselho essa atitude de fazer os pagamentos devido aos servidores segurados do PauliPrev, sem necessidade de deliberação do conselho. Agradece ao Sr. André por todas as informações.

Iniciando o **item 03**, sobre o PL 20/2020 Sandra explica que o assunto foi colocado em pauta antes da sessão legislativa que aprovou o projeto no dia 23 de março.



Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including a large signature at the top, several smaller ones in the middle, and initials 'PB' and 'Ider' near the bottom.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

Deixar bastante claro que não sou contra a implementação do PCCV aos funcionários do Instituto, já debatemos esse assunto exaustivamente em reuniões anteriores, fizemos uma comissão para discutir ponto a ponto desse projeto para chegar em um consenso final, e que em minha visão o projeto iria voltar para o Conselho antes de ir a plenário.

Outra coisa solicitada era que esse plano de cargos carreiras e salários dos servidores ativos do PauliPrev seguisse o fluxo do PCCV dos ativos da Prefeitura, eu me lembro que nós discutimos bastante. Outra coisa era do estágio probatório, eu acho que legalmente que seria mais adequado implementar após o estágio probatório dos Servidores do Instituto, então por isso que eu pedi para colocar em pauta para eu deixar muito claro e não tem nem como eu ser contrária a um projeto que eu fiz parte da comissão de estudo, fiz parte das discussões e estava junto com a comissão.

Gostaria que os funcionários do Instituto soubessem da minha gratidão, da minha estima, do meu reconhecimento pela capacidade técnica que ele tem, que não é nada pessoal, é uma questão de igualdade e isonomia que a gente tanto prega. Sr. André faz alguns esclarecimentos nós discutimos isso amplamente nos Conselhos e chegamos num denominador comum. A Sandra tem razão, nós tínhamos algumas expectativas, o que acontece é que quando nós discutimos e logo depois de ser aprovado pelo Conselho, até pedi na semana passada para que os conselheiros lembrassem das falas de todos porque tivemos várias falas inclusive de pessoas do Conselho que não estão mais, nós estávamos com outro Prefeito, encaminhamos o Projeto de Lei para o outro Prefeito, com uma outra expectativa e esse Projeto não andou. Posteriormente com a entrada do Du Cazellato esse projeto volta andar, chega a ficar parado e nós com expectativa que ele aconteça.

Algumas coisas preciso ponderar. primeiro o projeto aprovado pela Câmara ontem (23 de março) é exatamente o que foi aprovado pelo Conselho não tem nenhuma alteração, em relação ao cuidado que a Sandra sempre teve esse cuidado do estágio probatório que inclusive questionei o Jurídico sobre isso quando me informaram da apresentação, porque tem que ficar claro eu acho que o Fábio é uma pessoa que sabe disso, ele soube do protocolo antes de mim e eu acho que isso não é um demérito, recebi uma mensagem bastante animada de um Secretário que participou da protocolização falando que ele queria fazer surpresa para vocês pelo trabalho muito bom, deram tanta tranquilidade que o Prefeito que não ouve mais falar nada de errado do PauliPrev, que a gente quis fazer uma surpresa.

O cuidado foi verificar se o PL protocolado era foi o aprovado pelo Conselho e foi, o implemento desse plano de cargos carreiras e salários assim como da Prefeitura que é uma preocupação justa também, é em relação ao



Handwritten signatures and initials on the right margin, including what appears to be 'PHS', 'FABIO', and other illegible marks.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

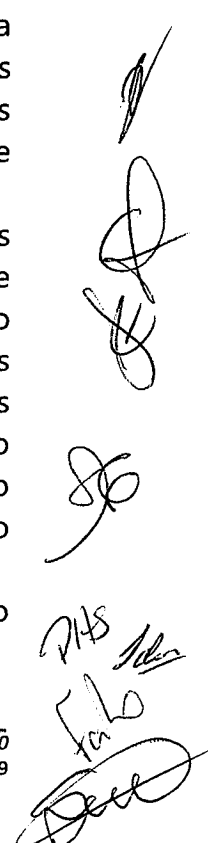
enquadramento até pela questão que a Sandra mencionou da isonomia, os impactos das progressões devem ser no Exercício seguinte como próprio PL cita. Teremos a criação da comissão do plano de carreiras ainda, a gente vai fazer toda avaliação de titulação, a progressão vertical, toda a análise dos Servidores em relação a progressão horizontal para o próximo exercício, e nessa comissão de gestão de carreira termos 02 Conselheiros tanto do Fiscal como do Administrativo, está previsto na lei e ele acompanha até por questão isonômica da Prefeitura. A previsão da progressão é em 2021.

O impacto para o PauliPrev vai ser em torno de R\$ 40.000,00 mês que sai da nossa taxa de custeio, não há acréscimo para o Município em relação a qualquer despesa adicional.

Em relação ao estágio probatório até em isonomia ao PCCV da Prefeitura a gente se baseou na Lei Complementar 66, que é a do quadro geral, porque a do magistério tem especificidades, o parágrafo 1º do artigo 34 da Lei 66 traz especificamente do impacto também para quem está em estágio probatório.

Tivemos questionamentos inclusive do Ministério Público em relação não só ao PCCV, mas em relação a outros Projetos de Lei que envolveriam o PauliPrev que foram encaminhadas para a Câmara recentemente. Na segunda-feira estive conversando com a doutora Verônica fornecendo os esclarecimentos para ela e ela em principio entendeu que a forma de se fazer estava correta, ou seja, eu continuo com a opinião que nós fizemos tudo dentro que nós poderíamos fazer com transparência, legalidade, temos que acompanhar tudo que está acontecendo lembrando também que há algo que eu já tinha falado para vocês em outras reuniões não especificamente sobre o PCCV, mas sobre as cobranças que a Prefeitura tinha tido em fevereiro. O Prefeito recebeu a visita do chefe da fiscalização da Regional do Tribunal de Contas e nas informações que próprios Conselheiros trouxeram, o Tribunal de Contas cobrou da Prefeitura de medidas em relação ao Instituto sobre apontamento das contas do Município também e sobre improbidade do Prefeito em ano eleitoral.

Parte dessas cobranças foram feitas em cima dos apontamentos que nós tivemos no Balanço Geral de 2018 e que nós respondemos para o Tribunal de Contas e oficiamos a Prefeitura e esses três apontamentos eram a situação da anulação das aposentadorias dos guardas que o Tribunal de Contas entende que todos os pagamentos que nós fizemos no período em que a aposentadoria existiu, mas que foi declarado inconstitucional e anuladas, são despesas indevidas; o segundo apontamento mais sério é em relação à dívida patronal que a Prefeitura tem o PauliPrev e o terceiro apontamento foi o atraso no cumprimento do disposto no artigo 6º da Lei 3570, que é o atraso o plano de cargos carreiras e vencimentos. Sirlene explana que tinha uma dúvida sobre o PCCV que foi esclarecida e que não é contra o PCCV do PauliPrev, já tinha aprovado antes.



Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including what appears to be 'PMS', 'F. L.', and other illegible marks.

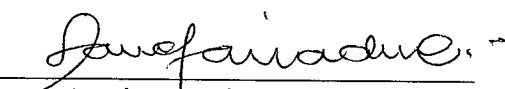
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

Idu ressalta que é direito dos funcionários do PauliPrev o PCCV, que já tivemos discussões em várias reuniões.

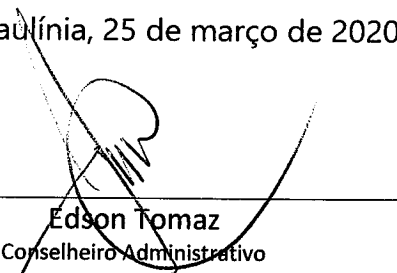
Sandra finaliza a reunião agradecendo a presença de todos e confirmando a próxima reunião, dia 13 de abril de 2020, às 18 horas, local e forma a ser definido por causa do COVID-19.

Término as 19h20.

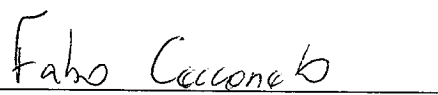
Paulínia, 25 de março de 2020



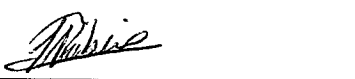
Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



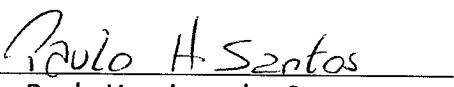
Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



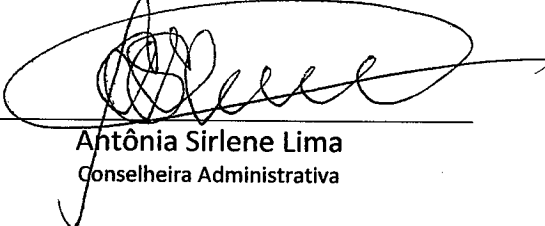
Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa